

*As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo: Primeira República**

SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO**

RESUMO

Este artigo enfoca o crescimento da participação do acesso das mulheres à instrução, a partir da segunda metade do século XIX. Para tanto, procura evidenciar as razões que determinaram esse crescimento, buscando-se sua gênese nas transformações sociais ocorridas com a vinda da Família Real para o Brasil e os discursos da modernidade que colocavam a disseminação da instrução como única forma de tirar o Brasil do atraso e da falta de civilidade.

Dentre as escolas de formação de magistério, escolhemos a Escola Normal e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Inicialmente traçamos um breve histórico dessas escolas e procuramos caracterizá-las abordando aspectos como: condições físicas e equipamentos, clientela, professores, disciplina, ensino oferecido, formas de avaliação, rotina cotidiana e, por fim, como a sociedade via o papel que elas deveriam desempenhar.

Palavras chave: Escolas de formação de magistério, Espírito Santo, Gênero feminino, Primeira República

ABSTRACT

From the second part of nineteenth century on, there has been growing the participation of women in the education. This paper aims to analyze the reasons that has determined the females' instructional improvement by discussing on the sources of social changes occurred when the Royal Family came to Brazil. It is also examined the modernity speeches that were guided to disseminate the education as unique form to take Brazilians

people out from the cultural backwardness. Two examples of teaching profession schools were taken into account: Escola Normal and Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. A brief history of these schools was considered as well as some aspects related to their building conditions, using equipment], clientele, teachers' profile, curricula, students' assessment and the like.

Key words: Teaching profession schools, Feminine gender, Espírito Santo (Espírito Santo State), Primeira República (First Republic).

Introdução

A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, tendeu a crescer o número de mulheres a ter acesso à instrução, inclusive ao ensino secundário, possibilitando que algumas delas viessem a se dedicar ao magistério. Para Ivan Manoel (1995 : 22), a vinda da Família Real, a abertura dos portos para o mercado mundial, o processo de urbanização que começou a se acelerar, a “penetração do capitalismo e a gravitação do universo do neocolonialismo” possibilitaram maior abertura da sociedade, afrouxamento na estrutura social, maiores perspectivas de uma participação ativa da mulher e exigiram, conseqüentemente, uma redefinição social em relação à educação feminina.

Já havia algum tempo, criticava-se a falta de escolas para as mulheres, sendo esse fato apontado como um dos fatores do grande atraso em que o País vivia. As elites dominantes começaram a alterar seu comportamento, procurando garantir às mulheres direito à instrução.

Se havia o desejo de se garantir a instrução da mulher, como implementar isso na prática, dada a inexistência de pessoal habilitado que pudesse exercer a profissão do magistério? Como não se concebia que as meninas pudessem estudar (ensino primário) com professores, começou a crescer a idéia de se criarem escolas que habilitassem as mulheres para serem mestras. Para isso foi fundamental a propagação da idéia de que a mulher seria por natureza uma educadora e, portanto, mais apta a desempenhar as atividades de ensino. O magistério assim se transformou em coisa de mulher e, rapidamente, até o final da Primeira República, já se tinha feminizado, fato que, no Espírito Santo, pode ser comprovado com o levantamento do número de alunos das principais escolas de formação do magistério.

No que tange à história da educação no Espírito Santo, a feminização do magistério ocorreu verdadeiramente a partir do século XX, com a política

implementada pelos republicanos, quando efetivaram a expansão da oferta da escolarização do ensino primário. Isso não poderia ter ocorrido anteriormente, pois poucas eram as mulheres habilitadas para a função

do magistério. Além disso, até o final do século XIX, a economia era incipiente, uma vez que, nessa época, a Província do Espírito Santo era tida como uma das mais miseráveis do Império. Somente com o crescimento da exportação do café, entre o final do século XIX e princípio do século XX, o Estado teria condições de investir recursos financeiros na instrução.

A Escola Normal

ESCOLAS QUE OFERTAVAM O CURSO NORMAL no Espírito Santo, assim como no restante do País, tiveram “existência extremamente irregular”, abrindo e fechando suas portas constantemente (TANURI, 1979:26). Isso se justificava não só em razão da pouca demanda como também da falta de estrutura desses estabelecimentos. Tivemos, antes do surgimento da Escola Normal, alguns estabelecimentos de formação de magistério: o Instituto Feminino Secundário (1869), o Colégio Nossa Senhora da Penha (1871), o Colégio Espírito Santo, chamado Colégio Normal (1871).

Pelo Decreto n.º 4, de junho de 1892, as escolas de formação do magistério passaram a receber a denominação de Escola Normal do Espírito Santo. O Presidente do Estado nessa época era o Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire. Nessa escola funcionava um curso masculino e outro feminino.

Como era vista a função da Escola Normal pela sociedade? Para elucidar essa questão, recorreu-se ao que disse o professor Elpídio Pimentel, que foi mestre da Escola Normal, em sua famosa publicação, intitulada *Postilas Pedagógicas*, muito adotada nas escolas locais. A finalidade da Escola Normal é

ensinar a ensinar crianças – pelo exato conhecimento delas, pela adoção dos melhores processos educativos às más índoles, conhecendo-lhes a capacidade apreensora, a sua resistência, a sua inteligência, o meio em que se desenvolvem, as excelências que as cercam e os perigos que as ameaçam. Seu fito é preparar, quem as freqüente, na arte difícil de ensinar os pequeninos, nas escolas primárias, sabendo-lhes transmitir, intuitivamente, o que houver estudado nela pelo mesmo processo. (A gazeta, 1959:3)

Constituíam o programa para o ensino normal do sexo masculino: o estudo da Língua Nacional e da Língua Francesa, estudos descritivos (Geografia e

História Universal), curso qualitativo de ciências (Matemática Fundamental, Aritmética, Álgebra, Geometria, noções gerais de Mecânica Geral e Celeste), curso analítico de ciências (Física, Química e Biologia, Anatomia e Psicologia Humana), curso sintético de ciências (contemplação abstrata da unidade do saber humano), Pedagogia e Metodologia. No feminino, estudavam-se as seguintes cadeiras: Língua Portuguesa, Língua Francesa, Geografia, História Natural, Aritmética e Geometria (noções de cálculo algébrico), Pedagogia. Somente em 1908, pelo Decreto nº 109 de 04 de junho, homens e mulheres passariam a estudar as mesmas disciplinas. Havia obviamente diferenças entre os trabalhos manuais femininos e masculinos, assim como na ginástica. Anexa à Escola Normal feminina havia uma cadeira de Música, Piano, Canto e outra de Desenho. Uma das regentes dessa escola exercia as funções de mestra de trabalhos de agulha, corte, moldes e bordados.

Quanto ao número de mestres, durante toda a existência da Escola Normal em Vitória, acabou prevalecendo maior número de homens como professores. Nas entrevistas que realizamos com mulheres que estudaram o curso normal na Primeira República, quando questionadas sobre a razão de existirem mais homens professores que mulheres, todas consideraram que os homens eram mais preparados e capacitados, falando exaustivamente da capacidade intelectual da maioria deles.

Para matrícula no curso normal deveriam ser cumpridos alguns requisitos, como ser maior de 12 anos e menor de 30 anos; ter sido aprovado no exame final da escola primária; apresentar um atestado de boa conduta fornecido pelo professor ou pelas autoridades do município em que o candidato residia e outro assinado pelo lente de Língua Portuguesa, confirmando que o tinha argüido, considerando-o em condições de fazer o curso. No caso das mulheres, no entanto, exigia-se ainda atestado sobre o comportamento pessoal e moral da candidata. O atestado poderia ser dispensado se a matriculanda fosse filha de família honesta.

De acordo com as fichas de matrícula e livros de registro da Escola Normal, as moças ingressavam muito jovens nessas escolas, a média de idade era de 14 anos. Embora em menor número, algumas mulheres ingressaram com idade superior à da maioria das alunas: essas eram normalmente as que já exerciam o magistério e ingressavam na Escola Normal para obter o diploma de normalista e assim “regularizar” sua situação funcional.

Paralelamente à necessidade de se alterar o currículo da escola para aprimorar os profissionais do magistério, houve sempre a preocupação de que as atividades manuais tivessem um significativo peso na formação das moças da época. Logo se tornavam peritas em diversos trabalhos de agulha, aprendendo a fazer pontos

ligeiros, pontos para bordados a branco e a cor, pontos de costura, pontos simples de bordado, remendos, cerzidos, a pregar botões, a fazer costuras necessárias à vida prática, a fazer bainha e crochê. A cadeira de Trabalhos Manuais objetivava ser educativa e prática, preparando, conforme diziam, a mulher para a vida. Objetivava também possibilitar às mulheres, em caso de necessidade, usar desses ensinamentos como forma de sobrevivência.

Para evitar a perturbação da ordem e da disciplina, fatores muito observados e valorizados na Escola Normal, existiam, nos quadros da escola, os inspetores, que fiscalizavam a conduta dos alunos dentro e fora do estabelecimento. Havia um para cada 6 salas. A ação desses inspetores variava, sendo os mais jovens, menos rígidos e mais liberais, todos, no entanto, eram exigentes. Em geral conheciam o nome de todas as alunas. Além do controle sobre palavras, gestos, fiscalizavam a maneira de vestir. Até mesmo fora da escola, exigia-se o uniforme completo, constituído de meias e sapatos pretos, saia pregueada, blusa branca com gola alta e mangas compridas. O desleixo com o uniforme, como, por exemplo, deixar um pouco aberta a gola, era motivo de repreensão. O uniforme deveria estar sempre limpo, bem engomado e passado. A disciplina era rígida e severa. O silêncio era exigido em todos os ambientes, inclusive nas filas de entrada para as aulas. O horário de entrada era rigoroso, não sendo permitido descumpri-lo. Exigia-se muito respeito aos mais velhos, aos professores, aos diretores e inspetores. Ao entrar uma autoridade em sala de aula, todos deveriam ficar de pé em sinal de respeito. Havia uma série de penalidades impostas aos alunos que transgredissem as normas, podendo ser advertência em aula e em público, suspensão de uma aula, suspensão por até 15 dias, exclusão temporária por até um ano, exclusão por dois, exclusão definitiva, retenção do diploma por dois anos. A pena era aplicada de acordo com a falta.

Estudar na Escola Normal dava às moças da época um *status* especial. Por isso mesmo o acesso a essa escola era concorridíssimo.

As festas de formatura da Escola Normal eram um acontecimento na vida dessas moças e da cidade. A elas afluía grande parte da sociedade capixaba, inclusive as autoridades máximas do Estado.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – O Carmo

A ESTREITA LIGAÇÃO ENTRE AS ELITES OLIGÁRQUICAS, que estavam no poder, com a Igreja Católica explica a proliferação dos colégios religiosos no Brasil após o advento da República. Apesar de o Estado ter se desvinculado do catolicismo após a proclamação

da República, deixando inclusive a religião católica de ser a religião oficial do Estado, elites dominantes e Igreja Católica nunca romperam definitivamente seus laços. Acontecia, às vezes, em razão de interesses particularizados, diferenças momentâneas, que não criavam rupturas definitivas entre eles.

Combatendo a laicização do ensino, por entender que esse formaria mulheres sem religião e sem Deus, a Igreja tentou estabelecer uma rede de ensino no Brasil e, para tanto, teve de buscar o apoio das oligarquias. As elites oligárquicas desejavam um ensino conservador, que mantivesse os padrões de comportamento condizentes com suas aspirações e não comprometesse a estrutura social vigente. Por serem contrárias à idéia da emancipação feminina, apoiaram um projeto educacional que tinha por proposta dar ao gênero feminino ensinamentos que formassem mulheres prendadas e boas donas-de-casa.

Esse projeto lhes era duplamente favorável, primeiro porque lhes reservava a função de dirigentes da sociedade, cabendo-lhes, assim, a produção das idéias norteadoras do conjunto social; segundo, porque o discurso antimoderno do catolicismo ultramontano tanto lhes garantia a execução de um projeto educacional não comprometedor e uma doutrina de passividade, quanto, de fato, não obstava os necessários avanços e modernização no âmbito das forças produtivas (MANOEL, 1995:72).

O Espírito Santo não fugiu à regra do que acontecia no restante do País e, no princípio do século XX, começaram aqui a se instalar colégios religiosos. A oligarquia no poder subvencionou incondicionalmente as Irmãs Carmelitas que aqui fundaram um colégio, que recebeu a denominação de Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ou Colégio do Carmo.

Foi graças à ação do Bispo Dom João Nery que, em 20 de novembro de 1889, pôde ser firmado com a visitadora das filhas de São Vicente de Paulo, por intermédio da superiora Irmã Chantrel, um acordo para que as irmãs pudessem vir dirigir um educandário na capital do Estado. No ano seguinte, chegaram a Vitória três religiosas, que se estabeleceram no velho prédio do Carmo.

Disponham inicialmente de apenas uma sala com pouco mobiliário, constituído de um sofá, seis cadeiras e um piano velho, que teriam sido ofertados pelo Presidente do Estado. Os esforços do Bispo tornaram-se realidade com a fundação do educandário, que recebeu a denominação de Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Em 1.º de março de 1901, o colégio já estava funcionando. Contava com 9 alunas internas, 86 alunos externos, entre os quais 23 meninos. Gradativamente a escola foi crescendo, o que possibilitou a vinda de mais religiosas, que, em 1902, passaram a ser em número de 6.

O ano de 1902 foi um marco na vida do Carmo. Nesse ano, iniciou-se o episcopado de D. Fernando de Souza Monteiro, que “elegeu o Carmo a pérola de sua diocese...” (NOVAES, 1949:10). Apesar de estar aumentando a cada ano a clientela, o sucesso do Colégio do Carmo esteve ligado ao apoio que a associação Igreja e Estado lhe destinou. Em 1905, por exemplo, o Colégio passou a receber da Assembléia Legislativa uma subvenção mensal de 250\$000 para ajudar a manter o funcionamento da Escola. Em 1907, os exames do Colégio já eram oficialmente reconhecidos. Dois anos mais tarde, pelo Decreto n.º 334, de 2 de abril de 1909, ocorreu a equiparação desse estabelecimento à Escola Normal. Com isso, as alunas diplomadas passaram a ter os mesmos direitos e vantagens que os alunos da Escola Normal, o que significou um grande impulso para o colégio, uma vez que passou a atrair maior clientela, sobretudo vinda de cidades do interior e de estados vizinhos do Espírito Santo, como Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Apesar de possuir alunas externas e orfanato, o forte das escolas religiosas foi a organização dos internatos, que, a partir do século XX, se expandiram enormemente. Assim garantiam a possibilidade de as mulheres terem acesso ao processo de instrução. Os colégios internos religiosos eram a coqueluche da época e o Carmo não fugiu a essa regra. Nesses colégios, “a educação das meninas requeria [...] a influência da educação conventual não só pelo papel desempenhado pelas religiosas educadoras, como também pela proposta de um curso diferenciado entre os sexos movido pelas expectativas da sociedade” (ALGRANTI, 1993, p. 261).

Para Ivan Manoel, a utilização do sistema de internato, externato e orfanato significava a ampliação da esfera social dos colégios religiosos, “se o objetivo mais amplo dessa educação era formar mulheres cristãs, a escola externa e o orfanato permitiriam abarcar meninas de todas as classes sociais, desde os estratos mais ricos da oligarquia, até as mais pobres meninas sem família” (MANOEL, 1995, p. 57). O internato tinha por objetivo isolar as moças do mundo externo. Isso era possível com impedimento da entrada de pessoas não autorizadas pelos colégios, das leituras proibidas e com censura de correspondência.

A formação oferecida a essas moças era rígida e seguia os preceitos católicos, os valores morais conservadores. Oferecia-se, ainda, uma cultura geral refinada e procurava-se dar a elas uma sociabilidade polida. As disciplinas como Geografia e Ciências Físicas e Naturais eram ministradas como forma de garantir a cultura geral das alunas, nunca como centro da instrução. No entanto dedicavam grande espaço para ministrar a disciplina História – sobretudo a Sagrada e a Antiga

recebiam atenção especial. Isso se explica em razão de que esses colégios não objetivavam garantir a profissionalização da mulher, mas prepará-la para ser boa dona-de-casa, esposa e mãe.

Na documentação existente sobre o Colégio do Carmo no arquivo das escolas extintas da Secretaria Estadual de Educação, não foi incomum verificar que muitos moradores de Vitória também adotaram a prática de colocar suas filhas no internato.

Os internatos eram locais que precisavam afastar o mal que vinha do mundo externo e para isso tinha de haver uma rigorosa vigilância sobre as alunas internas. Regras severas de disciplina e obediência eram impostas. O cultivo do silêncio, o controle das correspondências, a vigilância sobre as conversas das meninas, a distribuição do tempo entre atividades escolares e os exercícios de prática de devoção e de piedade faziam com que houvesse por parte do colégio um controle total sobre tudo e todos. Existiam regras de comportamento, de linguagem de gestos. Controlava-se o comportamento das meninas na hora do banho, no momento das orações, nas salas de aula, nos recreios, nos dormitórios, enfim, de todo jeito. Sem contar que, além da fiscalização por parte das freiras, passava-se o imaginário de que, se essas moças escapassem da vigilância do colégio, não fugiriam da vigilância da Deus.

Não raramente as entrevistadas que viveram no Colégio do Carmo fizeram alusão à constante vigilância a que eram submetidas. A todos os instantes, os movimentos, os atos públicos e particulares, eram vigiados, eliminando a privacidade e as características próprias das internas. Desejava-se que as internas fossem sem individualidade e sem marcas pessoais.

Embora o controle fosse muito grande, muitas normas foram quebradas. As internas encontravam mecanismos para resistirem às normas impostas. Conviviam com as alunas externas, mandavam bilhetes de namoricos, sabiam notícias do mundo externo, enfrentavam as religiosas com ações e palavras, fugiam das tarefas para que eram designadas. Entre outras, estas foram as quebras de normas mais apontadas. Ao quebrarem normas, se descobertas, havia pronta punição, que variava de acordo com a gravidade da falta cometida. O castigo tido como o pior era o de ficarem expostas embaixo do relógio, sendo humilhadas, servindo de exemplo para as demais alunas, pois por ali passavam todas as irmãs e as colegas. Várias eram as razões que poderiam levar um aluno para esse tipo de castigo: correr pela escada, fazer algazarra, responder às Irmãs, contestar normas, urinar na cama, falar após o recolhimento no dormitório (internas), discutir com colegas, conversar na fila de entrada ou na hora da missa, discutir com o professor, contestá-lo, contestar os preceitos da igreja católica. Além do castigo sob o relógio, existiam

ainda outros tipos de punição, como ficar sem recreio, ser suspenso das aulas por um ou mais dias e até ser expulso. As alunas não concordavam com o castigo imposto em razão das supostas “faltas” cometidas. Achavam-no injusto e sem sentido, o que demonstrava haver um conflito entre o que desejavam as religiosas e o que faziam as alunas.

Nos internatos, punia-se quem cometesse falhas, mas garantia-se a premiação pelas boas ações. Aliás, isso contribuía enormemente para que houvesse no colégio um elevado grau de competição entre as alunas internas. “Estimulavam o estudo e aperfeiçoamento moral das alunas adolescentes, canalizando suas energias para a consecução dos objetivos propostos pelo projeto educacional, premiando os que obtinham melhores resultados” (MANOEL, 1995, p. 94). Como recompensa, eram oferecidas medalhas, tomando-se como referência o comportamento e não a nota. Tal fato permite perceber que o ideal, antes de mais nada, era formar moças educadas, recatadas e comportadas.

Como, em geral, a maioria das alunas era proveniente de regiões mais distantes da capital do Estado e tinha que viver separada de familiares e amigos, certamente muitas das internas encontravam dificuldades de adaptação à nova vida.

A estreita ligação das oligarquias com a Igreja fomentou o crescimento dos colégios religiosos femininos. Ao oferecer uma educação mais condizente com as aspirações das elites conservadoras, que não desejavam uma educação mais liberal para suas filhas, os colégios religiosos passaram a receber uma clientela cada vez mais numerosa e endinheirada.

Embora o número de alunas externas estivesse superando o número de internas, este era razoavelmente grande, uma vez que o internato era a única possibilidade de estudo para as moças que moravam fora da capital.

O sistema de internato nas escolas impunha às moças um isolamento total ou parcial. Para Nadai, esse isolamento justificava-se por dois pressupostos: primeiramente, pela visão da época de que toda criança era inclinada para o mal; depois pela concepção de que o mundo vivia em permanente crise. Esses dois fatores constituíam um perigo para a formação da criança (NADAI, 1991:8).

Em geral, as meninas da capital entravam no internato muito cedo. No caso das alunas do curso normal, algumas ingressavam com 12 anos de idade, mas a média levantada foi de 15 anos.

Algumas alunas se diplomavam com 16 anos de idade, mas, em geral, tornavam-se normalistas aos 18 anos.

Quanto aos mestres, embora não tivessem sido localizados os livros de ponto para verificar o número total de professores e o gênero a que pertenciam,

pelas assinaturas em atas e boletins das alunas pôde-se constatar que o corpo docente era constituído sempre de mulheres, leigas ou religiosas.

A rotina diária do Colégio variava de acordo com a situação da aluna. Se fosse externa, as aulas aconteciam das 8 às 12 horas. Existiam ainda alunos que entravam no turno da tarde. A rotina das internas, no entanto, era bem diferente. Acordavam às 5h 30min e iam para a missa. Logo após, tomavam café. Às 19h 30min tinham que se recolher. O dormitório era dividido em cômodos onde ficavam de 4 a 5 internas, que eram agrupadas por idade ou por tamanho. Após o toque de recolher, as luzes eram apagadas, ninguém podia levantar ou conversar. As irmãs inspecionavam os cômodos com batidas rotineiras, para verificar se reinava a “ordem” esperada.

As internas, aos sábados e domingos, eram obrigadas a se dedicar a orações e missas. Às vezes algumas recebiam autorização para freqüentarem casas de colegas.

Diferenças socioeconômicas entre as alunas devido às classes sociais a que pertenciam acarretavam discriminação por parte das religiosas. No caso das órfãs que eram sustentadas pelo colégio nem é preciso falar que havia profundas diferenças na maneira de tratá-las. Eram obrigadas a executar serviços de limpeza. Além da discriminação motivada por fatores socioeconômicos, existia a discriminação com as alunas que se insuflavam contra as normas da escola. As alunas mais dóceis, mais “comportadas” eram sempre mais bem tratadas, enquanto as menos “comportadas” eram sempre perseguidas. No curso primário, os professores eram exclusivamente do sexo feminino. No curso normal, a maioria dos professores era do sexo masculino. Ex-alunas por nós entrevistadas achavam natural a predominância dos homens como professores, porque esse curso exigia conhecimentos mais aprofundados e, segundo a ótica delas, só os homens os possuíam, em razão de sua formação: em geral eram engenheiros, médicos, advogados.

A educação oferecida pautava-se por uma visão mais conservadora e rigorosa. A obediência era vista como sinal de boa conduta. Segundo as depoentes, as religiosas mais velhas eram mais exigentes e rigorosas, enquanto que as mais novas eram mais compreensivas e mais cordiais no relacionamento com as alunas.

O ensino era baseado na memorização. A grande maioria acabava adotando a prática do ponto, que era cobrado impiedosamente nas avaliações.

No Carmo, as provas escritas eram mensais. No final do ano existiam os exames finais constituídos de uma prova escrita e uma oral. O exame oral, para o qual se constituía uma banca, era individual, sendo o ponto sorteado na

hora. Diferentemente do que acontecia na Escola Normal, aqui o público não podia assistir aos exames. Pelo que se pôde levantar com as entrevistadas e pelos livros de registro de notas, no Carmo era elevado o número de aprovação.

A “cola” era muito utilizada pelas alunas, que recorriam a esse método quando estavam em apuros. Sanfonas, olhar a prova da colega, escrever nas pernas eram alguns dos recursos utilizados.

Toda aluna tinha que estar com o uniforme sempre em ordem. Este era constituído de uma saia pregueada azul marinho, blusa azul marinho de manga comprida com gola branca. As meias e os sapatos eram pretos.

Apesar de preparar as moças para o exercício do magistério, essas escolas jamais se descuidaram de prepará-las para ser boas donas de casa, para cuidar dos filhos e do marido. Por isso mesmo, no currículo de sua formação dava-se um peso relativo aos ensinamentos de disciplinas como música, língua estrangeira, ou de habilidades práticas domésticas, como bordar, costurar e cozinhar.

Conclusão

COM O ADVENTO DA REPÚBLICA, mas não unicamente por causa dela, tendeu-se a crescer o número de mulheres que passou a ter acesso à instrução. A possibilidade desse acesso veio em razão dos republicanos entenderem que, para o País sair do atraso, seria preciso que se formassem bons cidadãos a serviço da pátria. Dessa forma era necessário que as mães educassem bem seus filhos e que, paralelamente a isso, fosse universalizado o ensino.

Gradativamente começou a prevalecer o que já vinha ocorrendo desde o final do Império: a idéia de que magistério era coisa de mulher. Por serem as mulheres mais dóceis, mais carinhosas e mais pacientes, estariam mais aptas a exercitar a tarefa de ensinar e educar as crianças.

O magistério abriu-se para as mulheres. Numericamente aumentou o número de mulheres que passou a ter acesso à instrução e à formação de magistério, graças à abertura de escolas normais.

No Espírito Santo, as duas principais escolas de formação de magistério foi a Escola Normal e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Na primeira estudavam homens e mulheres, na segunda, por ser um colégio dirigido por freiras, só estudavam mulheres.

Ao nos debruçarmos sobre os livros de matrículas da Escola Normal verificamos que gradativamente as mulheres foram suplantando numericamente os homens, no que se refere ao acesso ao Curso Normal. O mesmo constatamos

também quando examinamos a documentação da Secretaria de Educação, onde verificamos que durante toda a Primeira República predominou a nomeação, remoção, aposentadoria e até exoneração de professoras.

Verificamos, ainda, ao nos debruçarmos sobre os dados estatísticos de oferta de escolarização, que houve uma tendência da sobreposição do número de mulheres em relação aos homens quanto ao acesso ao ensino primário, sobretudo nas áreas mais urbanizadas.

A escolarização abriu novas perspectivas para as mulheres contribuindo significativamente para que se inserissem no mundo público, ampliando, assim, seus espaços sociais. Além do magistério, a escolarização possibilitou às mulheres trabalho no serviço público, como operárias nas indústrias, nos escritórios comerciais ou no comércio.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas - mulheres da Colônia**: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. (1750 - 1822). Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859 - 1919): uma fase do conservadorismo**. São Paulo: Unesp, 1995.

NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação. *Revista da Faculdade de Educação de São Paulo*. São Paulo, V.17, nº 17, p.5-34, Jan/Dez. 1991.

NOVAES, Maria Stella de. **O Carmo**. Vitória, 1949. *Jornal A Gazeta*. Vitória, 25 de maio de 1959.

NOTAS

* Este artigo é parte do V Capítulo de minha tese de doutorado. "Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República." 2001. 300f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP/SP

** Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Doutor em História Social. E-mail. Sebastiaofranco@yahoo.com.br. Rua Gelú Vervloet dos Santos, 850 Jardim Camburi – Vitória – Espírito Santo – CEP 29090-100.